



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012. (Da Sra Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública para discutir as denúncias de que dão conta de que a morte do educador Anísio Teixeira foi assassinato cometido por agentes da ditadura militar.

Senhor Presidente,

Quarenta e um anos depois, a Comissão de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (UnB) decidiu investigar a suspeita de que Anísio Teixeira teria sido assassinado por agentes do Estado, após ser sequestrado e levado para uma unidade da Aeronáutica, quando se dirigia à casa de Aurélio Buarque de Holanda.

De acordo com a nova versão, Anísio Teixeira teria sofrido tortura, uma vez que apresentava vários ossos quebrados, traumatismo na cabeça e no ombro, em decorrência de pancadas com um objeto de forma cilíndrica, possivelmente feito de madeira.

Tal versão tornou-se pública na semana passada, em Brasília, no momento em que a comissão da verdade foi instalada na UnB. Durante a cerimônia, João Augusto de Lima Rocha, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e biógrafo de Anísio Teixeira, anunciou que tinha o conhecimento do assassinato conforme lhe foi confidenciado, em relatos diferentes, pelo ex-governador da Bahia Luís Viana Filho e pelo professor e crítico literário Afrânio Coutinho.

A mesma suspeita é compartilhada pelos familiares, que sempre manifestaram dúvidas quanto à versão oficial, mas temiam levar adiante uma investigação aprofundada. Na opinião do professor João Augusto, a família tinha medo de sofrer retaliações.

De acordo com o biógrafo João Augusto, quem primeiro lhe confidenciou a versão de assassinato foi Luís Viana Filho, que, na ocasião, em dezembro de 1988, escrevia o livro "Anísio Teixeira: a Polêmica da Educação". Viana apoiou o golpe e era próximo do marechal Castello



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Branco, primeiro presidente do regime militar. "Ele teve informação de que Anísio não tinha morrido e estava detido em instalações da Aeronáutica no Rio", disse João Augusto.

O segundo depoimento lhe foi dado por Afrânio Coutinho, em março de 1989, na casa e na presença de James Amado, irmão de Jorge Amado, e da esposa deste, Luiza Ramos, filha de Graciliano Ramos.

Afrânio lhe contou que presenciou a necrópsia de Anísio Teixeira e, como quase todos os ossos estavam quebrados, ele não admitia a hipótese de queda. De acordo com o relato de Afrânio Coutinho, a quem Anísio tinha dito que estava sofrendo ameaças por telefone, este teria sido sequestrado, quando se dirigia à casa de Aurélio Buarque, e submetido à tortura.

Carlos Antônio Teixeira conta que, no momento do suposto sequestro, Anísio tinha em sua pasta um texto que desapareceu. Era um texto do Partido Comunista Brasileiro, que Carlos, que era militante do PCB, havia dado ao pai.

"Era um documento crítico. Falava da ditadura, não falava das pessoas, mas das perspectivas próximas e imediatas", disse ele. A pasta e outros documentos de Anísio Teixeira foram devolvidos à família.

A necropsia de Anísio Teixeira também foi testemunhada por Diolindo Couto (neurologista), Domingos de Paola (professor titular de anatomia patológica) e Francisco Duarte Guimarães (anatomopatologista do Hospital dos Servidores). Todos os três eram médicos e amigos de Anísio. Assim como Afrânio Coutinho e Luís Viana Filho, eles também já morreram.

Ante o exposto, levando em consideração a importância do educador Anísio Teixeira para a educação brasileira, requeiro à Comissão de Educação e Cultura que promova sessão de Audiência Pública em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir as novas evidências relacionadas com o possível assassinato do educador baiano.

Requeiro ainda que sejam convidados para participar desta audiência pública as seguintes autoridades e personalidades:

- 1- João Augusto de Lima Rocha, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- 2- Carlos Antônio Teixeira, filho de Anísio Teixeira;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3- Ministro Gilson Langaro Dipp, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade;
- 4- Ministra Maria do Rosário Nunes; da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos;
- 5- Professor José Geraldo de Sousa Junior, reitor da Universidade de Brasília.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Alice Portugal
Deputada Federal